



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Ata da Reunião Presidente do TJMRS, Corregedor da JME
e Magistrados do 1º Grau

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às 17h, o Sr. Presidente Desembargador Militar Fabio Duarte Fernandes se reuniu de forma virtual, por meio da plataforma Cisco-Webex, com o Corregedor-Geral Sergio Antonio Berni de Brum, os Juízes do Primeiro Grau da JME Dr. Alexandre Aronne de Abreu, Dra. Eliane Soares de Almeida, Dr. Francisco Muller, Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento, Dra. Viviane Pereira, Dra. Dione Dorneles Silva, Dra. Mariluce Bandeira e os servidores Aline Sanches, Herbert Schonhofen, Juarez da Silva e Marcelo Nepomuceno.

O Sr. Presidente cumprimentou a todos presentes e esclareceu que a reunião abordará dois assuntos. O primeiro seria dar conhecimento do anteprojeto de lei ordinária que dispõe sobre a unificação dos quadros de pessoal dos servidores efetivos, dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário da Justiça Militar do Estado e a instituição do Plano de Carreiras, Cargos, Funções e Remunerações dos Servidores do Poder Judiciário da Justiça Militar do Estado, bem como das outras providências, aos moldes do que vem sendo desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e, o segundo, a respeito da possibilidade de transformar em pecúnia a licença-prêmio.

No que tange à licença-prêmio o Sr. Presidente informou que assim o TJRS, o Tribunal de Justiça Militar também manifestará ter interesse de serem pagas as licenças-prêmios, desde que atendidos os requisitos, quais sejam interesse do servidor e conveniência da Administração do Tribunal.

Ato contínuo, sobre a questão do plano de carreira dos servidores, asseverou ser muito importante tal construção para a JME, bem como para os próprios servidores que estão na iminência de ver seus vencimentos reduzidos, haja vista as ADIs nºs 3538 e 55692 que tramitam no STF. Assim, o envio desse anteprojeto da JME que cria e transforme cargos, junto com as propostas do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul é de suma importância. A comissão baseou-se nas iniciativas anteriores

desta casa, mas restou pareada na atual proposta do TJ e com as restrições orçamentárias vigentes (Lei Mansueto).

Na ocasião, o Dr. Francisco Muller externou a preocupação com os servidores da JME, pois as auditorias enfrentam uma situação delicada em razão do atual quadro funcional bem reduzido, necessitando inclusive de oficial de justiça.

Em seguida, o Des. Mil. Brum informou que a administração está tendo solucionar esses problemas, mas não serão de forma tão ágil, haja vista a dificuldade de suprir esse déficit via concurso público.

O magistrado Dr. Alexandre Aronne também manifestou a preocupação com a redução dos servidores no primeiro grau e que infelizmente não poderão esperar um concurso, mas sim usar, emergencialmente, da mão de obra dos 40% (gratificação especial) para tentar reduzir tal carência. Na oportunidade, solicitou que depois de completa a proposta desse anteprojeto fosse possível enviar a todos os magistrados para tomarem ciência do trabalho a respeito do plano de carreira dos servidores.

A Dra. Eliane Soares corroborou a situação delicada que enfrenta nas auditorias com os poucos servidores na atual conjectura e com acréscimo de atribuições. E, finalizou se colocando a disposição à administração.

Outrossim, a Dra. Karina questionou se teria possibilidade de ter cargos em comissão para ajudar nas auditorias. Em resposta, o Sr. Presidente, Des. Mil. Fábio Duarte Fernandes, ponderou que imediatamente não teria essa solução. Mas que se aprovado esse anteprojeto haverá a opção de criar um cargo com formação em direito e que possivelmente irá contribuir para o primeiro grau.

Já, a Dra. Dione pediu licença para adentrar em outro assunto e aduziu estar preocupada com a situação das videoconferências e das precatórias, bem como a falta de equipamentos (câmeras, telas, etc) e informação dada pela TIC de que o sistema de gravação é incompatível com a plataforma Cisco Webex. O Sr. Presidente disse que a adequação deve ser feita a fim de atender a jurisdição, ou seja, os equipamentos da JME podem ser usados nas residências ou removidos para outras salas caso sejam necessários, em razão dessa situação emergente que vivemos com a pandemia.

Também informou o Corregedor-Geral da JME que foi aprovado o plano de compra de equipamentos para o primeiro grau e já está com a Direção-Geral para providenciar essa compra e complementou que em dezembro já estará instalado o sistema SEEU na JME, o que dará maior agilidade pois integrará todo o sistema de

execução criminal. Por fim, disse que o PJe também estará sendo usado na Corregedoria da JME.

De outra banda, a Dra. Viviane Pereira contribuiu asseverando que as precatórias são uma questão jurisdicional onde cada magistrado terá que escolher a solução que melhor se adequa a sua auditoria, mas gostaria de dividir que já marcou todas suas precatórias futuras por meio de videoconferências, sejam elas testemunhas militares e civis, contudo tem dito alguns problemas com a Defensora Pública lotada na sua auditoria, que insistia ser presencial a oitiva de precatórias. Em razão de atrasar muito os feitos na JME, decidiu fazer quase todas por meio virtual, abrindo exceção a algumas situações peculiares.

A Dra. Mariluce concordou com as palavras da Dra. Dione e já adicionou a informação de que há uma função nova na plataforma Cisco Webex que se chama *sessão de breakout*, abrindo a possibilidade de se ter uma sala reservada para os advogados falarem com os réus.

Por fim, a Dra. Eliane manifestou tem enfrentado dificuldades com os horários da Defensoria Pública, impossibilitando que hajam mais audiências e interrogatórios. Na ocasião, o Sr. Presidente pediu para a magistrada encaminhar um ofício explicando a situação ao Corregedor-Geral da JME, que entrará em contato com a Defensora Pública-Geral a fim de solucionar tal questão.

Nada mais havendo, o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

E, para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada na forma da lei.

Aline Sanches
Secretária de Plenário

Des. Mil. Fábio Duarte Fernandes
Presidente